

LGBTQI+: e agora?

Quase 50 anos depois do 25 de abril, qualquer jovem rapariga ou rapaz sabe que a sua orientação sexual e a dos que o rodeiam pode ser hetero, bi ou homossexual. Instalou-se na sociedade portuguesa um certo grau de "normalização" da diversidade sexual - entre aspas, pois não se trata de uma institucionalização normativa, mas antes de uma perceção mais humanista e libertadora das possibilidades humanas.

Esse rapaz ou essa rapariga não vive ainda, todavia, numa sociedade desprovida da hegemonia das visões patriarcais e heterossexistas. Vive numa sociedade que passou por enormes avanços legais e por uma transformação substancial das mentalidades, sim, mas que ainda obriga cada geração de pessoas lésbicas, bi ou gay a um esforço de autoconstrução, de gestão das relações familiares, de amizade e laborais, de negociação no espaço público e de cálculo do custo social da sua identificação. Em suma, ainda se paga pelo armário - pela ocultação que conduz a uma vida coartada - e ainda se paga pelo *coming out* - a revelação da identidade própria e as consequências que isso acarreta em ambientes homofóbicos. Há muito a fazer - e de natureza diferente - para lá dos avanços legais.

Os últimos anos dos anos noventa e a primeira década do século XXI ficaram marcados pelo surgimento de um muito ativo e articulado movimento LGBT que conseguiu fazer o trabalho de convencimento dos partidos, sobretudo à esquerda, e dos órgãos de soberania, num processo de construção de uma nova hegemonia. Após a aprovação da igualdade no acesso ao casamento civil, e com a crise financeira e social, a intervenção externa, e um período de extremo conservadorismo, as conquistas seguintes verificaram-se apenas quando do regresso da esquerda ao poder com a experiência da "Geringonça": a inclusão da igualdade nas candidaturas à adoção para os casais do mesmo sexo, a revisão despatologizadora da lei da identidade de género, a procriação medicamente assistida e a gestação de substituição.

No final da segunda década do século XXI Portugal está na linha da frente da consagração dos direitos legais das pessoas LGBT à escala mundial. Sem dúvida que este é um motivo de orgulho. Sem dúvida, também, que as mentalidades mudaram substancialmente, como aludido no exemplo daquele rapaz ou daquela rapariga no início deste texto. No entanto, e pensando de forma crítica e racional, não será legítimo pensarmos que parte substancial dos avanços se terão devido ao protagonismo de setores mais elitistas e urbanos da sociedade portuguesa, ocupando o poder e legislando independentemente de vagas de fundo de toda a sociedade? Não é isso que inquéritos sobre homofobia em Portugal acabam revelando? Talvez. Não será também legítimo pensar que temos leis avançadas mas vidas mais atrasadas e reprimidas do que elas, com, por exemplo, poucas saídas do armário e visibilidade LGBT, por comparação com países semelhantes? Certamente.

Em qualquer contexto uma coisa é a lei, outra a sua aplicação, uma coisa os princípios que regem uma *polis*, outra as vivências das pessoas. Para que aplicação e vivências

sejam efetivamente livres e emancipadas, precisamos sobretudo de mecanismos de vigilância e implementação, de educação e formação, e de promoção da visibilidade e da igualdade de oportunidades. Seja nos serviços públicos e nas administrações do estado, nas empresas, na prestação de serviços ou no sistema educativo e mediático; seja na promoção da igualdade de oportunidades e da dignificação e investimento na mesma no e pelo estado. E tal terá de ser feito reconhecendo a interseccionalidade dos privilégios e das discriminações: no plano da igualdade de género, que partilha com a orientação sexual e a identidade de género os problemas suscitados pelo patriarcado (veja-se, por exemplo, a maior invisibilidade das lésbicas ou o relativo desprezo a que, por sexismo, as suas questões são votadas pelas instituições e movimentos, como no caso da PMA), quer no plano das questões etno-raciais e de identidade nacional, entre outras.

O que temos pela frente é um trabalho paradoxalmente mais difícil do que o das conquistas legais básicas. É um trabalho que pode inclusive não ser imediatamente motivador para o associativismo e o ativismo. Mas que é mais necessário ainda - diríamos mesmo, urgente - em tempos de revanchismo populista e neo-fascista, em que as questões de género, de sexualidade e raciais são o primeiro e preferencial alvo do ataque.

Miguel Vale de Almeida